

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAÍ E  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

**MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO**

**INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:  
Contribuições ao Professor do Ensino Regular**

Professora PDE: **Elzabel Maria Alberton Frias**

Área: **Educação Especial**

Professora Orientadora: **Maria Christine Berdusco Menezes**

**Paranavaí  
2008/2009**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ E  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – PDE**

**INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM  
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:  
Contribuições ao Professor do Ensino Regular**

**Material Didático - Pedagógico apresentado ao  
Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE da  
Secretaria de Estado da Educação do Paraná, sob  
orientação da Prof<sup>a</sup> Mestre Maria Christine Berdusco  
Menezes.**

**Professora PDE: Elzabel Maria Alberton Frias  
Área: Educação Especial**

**Paranavaí  
2008/2009**

# INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: Contribuições ao Professor do Ensino Regular

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão educacional vem se desenvolvendo no mundo inteiro como um fenômeno social complexo, conseqüência de lutas das pessoas com necessidades especiais diversas, seus familiares e de movimentos sociais, pelas transformações nas atitudes preconceituosas e segregacionistas que foram se estabelecendo ao longo da história, em relação ao tratamento dado a elas e pela busca de seus direitos na sociedade.

O ser humano sempre fez parte de uma sociedade bastante diversa. Vivemos e convivemos diariamente com essas diferenças que podem ser de raça, crença, saúde, nível social, econômico e cultural, nacionalidade, moradia, personalidade, entre outras. No entanto, apesar de tanta diversidade, estamos “incluídos” nesta sociedade, baseado nos princípios de igualdade. Com o passar do tempo, foi se consolidando uma visão padronizada e classificatória de “normalidade” e de maneira geral, todos os que fugirem desse padrão estão fatalmente condenados à discriminação e conseqüentemente à exclusão, que pode ocorrer de forma bastante dura e clara, mas também muitas vezes de maneira mais dissimulada, aparentemente discreta, porém não menos incômoda e preconceituosa disfarçada de pena e comiseração. Vivemos assim, uma contradição, pois, a mesma sociedade que inclui pela igualdade, exclui pelas diferenças.

Ou seja, o leque da exclusão social é tão grande quanto são os mecanismos de imposição de padrões de normalidade aos quais a humanidade esteve submetida historicamente, que preconizam modelos estéticos, de inteligência, de linguagem, de condição econômica e cultural, com que devemos nos conformar, sob o risco de engrossarmos as fileiras dos excluídos socialmente (MATISKEI, 2004, p. 187).

Diante disso, no decorrer da história da humanidade, os indivíduos com necessidades especiais, vivenciaram a sua negação perante a sociedade, ficaram alheios a tudo por um processo de exclusão social, educacional, total do que seria concernente a eles, por um direito humano: educação, participação na vida social, dignidade, enfim pertencimento à sociedade como qualquer outro cidadão. Na verdade, até o século XX, para a pessoa com necessidades especiais, principalmente com deficiência, restava o descaso, o abandono, a indulgência, a certeza da incapacidade. De modo geral, se analisarmos as conquistas das pessoas com necessidades especiais sob o enfoque da evolução histórica, percebemos que estas são ainda

bastante recentes, sendo que os avanços mais significativos, se deram a partir do século XX, mais precisamente em 1948, que a humanidade acordou e começou a alterar seus preconceitos em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais. Nesse ano, foi desenvolvida, a primeira diretriz política com a visão de que todos os cidadãos possuem direitos e deveres. Essa diretriz foi pensada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que deixou explícito o direito de todo ser humano a ter educação escolar. A partir de então, a educação inclusiva passou a ser pensada e discutida em âmbito mundial.

No sistema educacional brasileiro sempre ocorreram discussões sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, mas há pouco tempo que vem sendo implantada com maior ênfase nas escolas.

Entendemos que há profunda necessidade e urgência em se buscar a compreensão, o entendimento e formas reais de viabilização para a inclusão, que vão além do respaldo legal. Há que se buscar mudanças de diversas naturezas, nos diversos segmentos da sociedade, sendo a escola um dos segmentos com papel relevante no processo de inclusão.

## **2. PRINCIPAIS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS ORIENTADORES DA INCLUSÃO**

No Brasil a apropriação do discurso favorável à inclusão foi fortemente influenciada por movimentos e declarações internacionais, desde o final da década de 40, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tomando maior impulso a partir dos anos 90 em favor da implantação das reformas neoliberais.

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas produziu vários documentos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros, o Brasil, membro da ONU e signatário desses documentos, reconhece seus conteúdos e os respeita na elaboração das políticas públicas nacionais. Dentre os documentos produzidos destacamos:

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos** – Publicada pela ONU em 1948. De maneira geral esta declaração assegura a todas as pessoas, independente de raça, cor, sexo, religião, sem distinção alguma, os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social, enfim à livre participação na vida comunidade.

- **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos e “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”** – Este documento foi redigido em 1990 em Jomtien, na Tailândia, onde ressalta a necessidade de reunir esforços na luta pelo acesso às necessidades básicas de aprendizagem de todos os cidadãos, sejam eles crianças, jovens ou adultos. Declaram também entender a educação como capaz de contribuir para a construção de um mundo, uma sociedade melhor. Ao assinar essa Declaração, o Brasil assumiu perante a comunidade internacional, o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.
- **Declaração de Salamanca** – Documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em 1994 na cidade de Salamanca, Espanha, promovida pela UNESCO. Nessa declaração foram lançados os princípios fundamentais da Educação Inclusiva. Foi reafirmado o compromisso para com a educação para todos realizado em Jomtien, reconhecendo a necessidade e urgência de providenciar a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, dentro do sistema regular de ensino. A Declaração de Salamanca reconhece em seu texto os diferentes desafios aos sistemas escolares, no que diz respeito a buscar formas de educar crianças, jovens e adultos, de maneira satisfatória, incluindo os que possuem desvantagens ou dificuldades, seja de ordem física mental ou social. No campo da educação isso implica no desenvolvimento de estratégias que promovam a igualdade de oportunidades. Aqui no Brasil, a Declaração de Salamanca, com certeza foi o marco que norteou a elaboração da “Política Nacional para Inclusão das Crianças com Necessidades Especiais” e de todas as leis relacionadas à Educação Especial.
- **Convenção da Guatemala** – Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência – 1999 – condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive à educação. No seu artigo I, a Convenção define que o termo deficiência,

significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

### 3. DIFERENTES FASES DO PROCESSO DE INCLUSÃO

A historicidade da inclusão evidencia que esta atravessou diferentes fases em diversas épocas e culturas. Segundo Correia (1999), a Idade Antiga, na Grécia é considerada um período de grande exclusão social, pois crianças nascidas com alguma deficiência eram abandonadas ou mesmo eliminadas, sem chance ou direito ao convívio social. Na Idade Média, pessoas com deficiência eram também marginalizadas, até por questões sobrenaturais, rotuladas como inválidas, perseguidas e mortas. Assim, muitas vezes as famílias preferiam escondê-las e assim, privá-las da vida comunitária e social. A idéia de promover aos filhos, qualquer tipo de intervenção em ambientes diferenciados não era uma prática comum. Conforme Jannuzzi (2004), no Brasil por volta do século XVIII, o atendimento aos deficientes restringia-se aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos, nas Santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de algumas instruções com outras crianças ditas normais.

No século XX, a questão educacional foi se configurando, mais pela concepção médico-pedagógica, sendo mais centrada nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação e configuram a concepção na linha psicopedagógica, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino. Por volta da década de 1990 e início do século XXI, avançam os estudos em Educação Especial no Brasil (MAZZOTTA, 2005).

De acordo com os estudos de Mazzotta (2005), é possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação.

- **Marginalização** – atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população.
- **Assistencialismo** – atitudes marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dar proteção às pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos.
- **Educação/reabilitação** – atitudes de crença nas possibilidades de mudança e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.

Sassaki (2006) ao explicar sobre o processo de inclusão/integração educacional situa quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão:

- **Fase de Exclusão:** não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.
- **Fase da Segregação Institucional:** pessoas com necessidades especiais eram afastadas das famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.
- **Fase da Integração:** algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.
- **Fase de Inclusão:** todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

#### 4. NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Para a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva é importante, também, que se tenha preocupação e cuidado com a linguagem que se utiliza. Afinal, através da linguagem é possível expressar, voluntariamente ou involuntariamente, aceitação, respeito ou preconceito e discriminação em relação às pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características.

Segundo Sassaki, (2005) se, desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano, é imprescindível conhecer e usar corretamente os termos técnicos, pois a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente carregados de preconceitos, estigmas e estereótipos

Sabemos que os termos podem ser considerados corretos ou incorretos, em função de diferentes valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, com o decorrer do tempo, mudam-se os valores, mudam-se os conceitos e, mudam-se também, os termos. Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar

conceitos novos. A preocupação com a terminologia está no fato de que o uso incorreto de um determinado termo ou palavra pode reforçar e perpetuar idéias e informações equivocadas, e conceitos ultrapassados.

Este fato pode, muitas vezes, ser a causa da dificuldade ou da demora com que as pessoas em geral e até mesmo os profissionais mudam seus conceitos, comportamentos, raciocínios e conhecimentos em relação às pessoas ou grupos de pessoas consideradas ‘diferentes’. Sasaki (2005) ressalta ainda que isto pode, também, causar resistências contra mudanças de paradigmas como o que está acontecendo, por exemplo, com os termos ‘integração’ e ‘inclusão’ em todos os sistemas sociais comuns.

No Brasil, têm ocorrido tentativas de se estabelecer terminologias corretas, ao se tratar principalmente de assunto relativos à deficiência, no intuito de desencorajar práticas discriminatórias.

A expressão ‘*necessidades educacionais especiais*’ tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotadas anteriormente para distinguir os indivíduos em suas singularidades, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, lingüísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, etc., tais como: deficientes, excepcionais, subnormais, infradotados, incapacitados, superdotados, entre outras. Segundo a Deliberação nº 02/03-CEE, a terminologia ‘*necessidades educacionais especiais*’ deve ser utilizada para referir-se às crianças e jovens, cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Assim, a terminologia *necessidades educacionais especiais* pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar. Está associada, portanto às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências. Na verdade, com o uso dessa expressão, buscou-se deslocar o foco do ‘especial’ do aluno direcionando-o para as respostas educacionais que eles requerem, ou seja, evita-se enfatizar os atributos ou condições pessoais que influenciam diretamente na aprendizagem e escolarização e ressalta-se a importância do papel da escola em atender cada aluno nas suas especificidades. Desta forma, quando nos referimos às necessidades educacionais especiais devemos ressaltar o papel da escola nesse processo em atender ao aluno e não nas dificuldades que ele apresenta. Assim, respeitar a diversidade e manter a ação pedagógica torna-se um desafio no desenvolvimento do trabalho com alunos que apresentam necessidades especiais.



Embora as necessidades especiais na escola sejam amplas e diversificadas, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. Nessa perspectiva, define como aluno portador de necessidades especiais aquele que apresenta necessidades específicas de aprendizagens curriculares, diferenciadas dos demais alunos e que requeiram recursos pedagógicos e metodologias específicas, sendo assim classificados: alunos com deficiência; alunos com condutas típicas e alunos com superdotação. No Paraná, a Deliberação nº 02/03 – CEE, que fixa as normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Estado do Paraná, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais decorrentes de:

- I. deficiências mental, física/neuromotora, visual e auditiva;
- II. transtornos globais do desenvolvimento; e
- III. superdotação/altas habilidades.

### **Detalhando as Necessidades Educacionais Especiais**

As definições sobre as Necessidades Educacionais Especiais que se seguem abaixo têm como referência o documento: Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas organizado pelo MEC, Secretaria de Educação Especial publicado em 2006. Veremos:

- **Deficiência Mental/Intelectual** – A definição de deficiência mental adotada atualmente, e preconizada nos textos e documentos nacionais, foi proposta pela AAMR-Associação Americana de Retardo Mental. O termo ‘deficiência mental’ vem sendo substituído por ‘deficiência intelectual’, uma vez que esta deficiência refere-se a uma significativa limitação do funcionamento na área intelectual geral do indivíduo.

Deficiência mental é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e limitações significativas expressadas nas habilidades de adaptação práticas, sociais e conceituais (ex: saber cuidar-se, autoconfiança e interagir socialmente). As limitações no comportamento adaptativo afetam a vida diária e a capacidade de adaptação das mudanças de vida e exigências do meio ambiente. A deficiência mental deve ser evidente durante o período de desenvolvimento geralmente considerado desde a concepção até a idade de 18 anos.(LUCKASSON, apud, JORNADA PEDAGÓGICA, 2008)

- **Deficiência Auditiva** – É a perda total ou parcial, congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido e manifesta-se como surdez leve/moderada (perda auditiva até 70 decibéis) ou como surdez severa/profunda (perda auditiva acima de 70 decibéis).
- **Deficiência Visual** – É a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Pode ser subdividida em cegueira e visão subnormal. A **cegueira** é ausência ou perda da visão em ambos os olhos, ou num campo visual inferior a 0,1 graus no melhor olho, mesmo após a correção não excedendo a 20 graus no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes para a correção. Do ponto de vista educacional, a cegueira leva à necessidade do método Braille como meio de leitura e escrita. A **visão subnormal** ocorre quando o indivíduo possui uma acuidade visual de 6/20 e 6/60 no melhor olho, após a correção máxima. Sob o enfoque educacional, no caso da visão subnormal, é possível ao educando, ler material impresso a tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.
- **Deficiência Física Neuromotora** – Podemos definir a deficiência física como uma variedade de condições não sensoriais, que acometem o indivíduo em sua mobilidade, podendo comprometer em maior ou menor grau, o desenvolvimento motor, limitando o andar, a coordenação de braços, pernas e da fala, resultantes de problemas ou lesões neurológicas, ortopédicas, neuromusculares, ou ainda, de malformações congênitas ou adquiridas. Dentre os principais quadros motores apresentados pela pessoa com algum tipo de deficiência física/neuromotora, torna-se difícil encontrar uma classificação que insira todos os possíveis distúrbios motores. Assim, os quadros de maior incidência em alunos matriculados na Educação Básica e Educação de Jovens Adultos que requerem um apoio mais intenso são:
  - Lesão cerebral (paralisia cerebral, hemiplegias (paresias)
  - Lesão medular (paraplegia/tetraplegias)
  - Miopatias (distrofias musculares)

- **Deficiência Múltipla** – É a associação de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física) num mesmo indivíduo, com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade de adaptação.
- **Transtornos Globais do Desenvolvimento** – Os Transtornos Globais do Desenvolvimento podem acometer nos indivíduos: alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se neste grupo alunos com Autismo, Síndromes do Espectro do Autismo e Psicose Infantil, que apresentam dificuldades de adaptação escolar e de aprendizagem, associados ou não a limitações no processo do desenvolvimento biopsicossocial, que requeiram apoio e atendimento especializado intensos e contínuos, com acompanhamento nas atividades escolares em classe comum.
- **Altas Habilidades / superdotação** – Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram notável desempenho e potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Embora as classificações e as terminologias sejam criadas para facilitar o trabalho educacional e de certa forma, dinamizar os procedimentos, sabemos que podem também, gerar conseqüências negativas quando são utilizadas para rotular, discriminar ou até mesmo disseminar idéias preconceituosas e pejorativas em relação aos indivíduos que delas façam parte. Sabemos que as palavras não são neutras ou imparciais. É importante reafirmar que as ‘necessidades especiais’, não se referem às limitações apresentadas pelas pessoas, mas sim às exigências de ampla acessibilidade que realmente possa oportunizar condições de independência e autonomia desses indivíduos.

Portanto, para que as mudanças ocorram significativamente, independente da terminologia empregada, se faz necessário provocar reações diferentes no pensamento e no sentimento das pessoas, ou seja, trata-se de uma verdadeira tomada de consciência desta ‘aparentemente nova’ realidade.

## **5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNÇÃO DA ESCOLA E DO PROFESSOR**

A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, esta sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, baseado e ‘justificado’ na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem.

Assim, a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de alguns grupos, legitimando um processo de exclusão através de suas políticas e práticas educacionais, que reproduzem a ordem social.

Sendo a escola, o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados.

Desta forma, o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema. O que podemos perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda, se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais.

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Então, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a

escola é que se precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, a uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa escola, apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Nas várias reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o tema das necessidades educacionais especiais esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários.

Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Na interpretação de Mantoan (2004), a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos, independente de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças.

Com certeza, de modo geral, as escolas têm conhecimento das leis acerca da inclusão bem como da obrigatoriedade da garantia de vaga para os alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação. Sabemos também, da dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar "alunos especiais". Sabemos que, para que a inclusão se efetue não basta a garantia apenas na legislação, mas

demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto sócio-econômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade. Por outro lado, o processo de Inclusão já está posto e não se trata de desativar o que está funcionando, mas sim de buscar alternativas e formas de articulações que possibilitem esse novo modo de ver e pensar a escola. Além disso, a educação inclusiva favorece não só o aluno com necessidades educacionais especiais, mas, também os demais alunos que passam a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças, além de juntos receberem uma metodologia de ensino diferenciada e da disposição de maiores recursos.

Numa concepção histórico-crítica, segundo Saviani (2001), o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que, ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem. Na verdade, cabe-nos até, alguns questionamentos: a oferta de ensino aos alunos com necessidades especiais na rede regular deve acontecer porque está na Lei, ou porque acreditamos em suas condições de aprendizagem real? Devemos incluí-los porque nos causam pena ou porque vemos neles a possibilidade real de participação e contribuição na sociedade? Mantoan (2006) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas. Nas palavras de Carvalho, 2004, p. 77:

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras...

Portanto, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetive, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes.

## 6. CONTRIBUIÇÕES AOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR

Sabemos que ensinar, é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais de seus alunos.

Como vimos, incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensinar e avaliar; trabalhar com grupos em sala de aula e a criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de todas as pessoas. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparado” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível.

Nesse sentido, direcionamos nossa atenção para as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo. Sugerimos algumas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas), possíveis de serem aplicadas.

De acordo com o MEC, as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7)

Essas adaptações, são assim chamadas, justamente por não exigirem autorização de instâncias superiores e terem sua implementação totalmente realizada através do trabalho docente.

De modo geral dentre essas adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, estão:

- A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula;

- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar;
- Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar;
- Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários;
- Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral;
- Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa auto-estima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

As adaptações de pequeno porte (não significativas) constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. Além dessas adaptações gerais, é importante refletir também nas adaptações mais específicas de acordo com cada necessidade.

É importante ressaltar ainda, que antes de se iniciar um trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, é necessário que se faça um preparo dos demais alunos, no sentido de conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito às diferenças.

As orientações de adaptações, dadas a seguir possuem como referência principal, o *Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola*, produzido em Brasília no ano de 2000, pelo Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial.

## **6.1 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

- Posicionar o aluno de modo a favorecer as condições de audição na sala de aula;
- Facilitar a locomoção e o deslocamento do aluno, proporcionando maior grau de independência e evitando acidentes, através da melhor disposição possível do mobiliário.
- Explicar verbalmente, de forma detalhada todo o material utilizado visualmente em sala, para que o aluno tenha noção do que e de como está se desenvolvendo a atividade;
- Oferecer suporte físico, verbal e instrucional para a locomoção do aluno, no que se refere à orientação espacial



- Amplie o tempo disponível para a realização das atividades e provas;
- Evite dar uma avaliação diferente, pois isso pode ser considerado discriminatório e dificulta a avaliação comparativa com os outros estudantes;
- Ajude só na medida do necessário;
- Tenha um comportamento o mais natural possível, sem super proteção, ou pelo contrário, indiferença.

### **6.1.1 Aspectos que devem ser considerados na escolarização do aluno deficiente visual:**

- dificuldade de contato com o ambiente físico;
- a carência de material adequado - pode conduzir a aprendizagem da criança deficiente visual a mero verbalismo;
- a formação de conceitos depende do íntimo contato da criança com as coisas do mundo;
- assim como a criança de visão normal, a deficiente visual necessita de motivação para a aprendizagem;
- alguns recursos podem suprir as lacunas na aquisição de informação pela criança com deficiência visual;
- o manuseio de diferentes materiais possibilita o treinamento da percepção tátil.

### **6.1.2 Materiais básicos para o ensino de alunos com deficiência visual**

- reglete de mesa;
- punção;
- sorobã;
- máquina de datilografia braile;
- textos transcritos no Sistema Braille

### **6.1.3 Recursos não ópticos para alunos com deficiência visual**

- uso de lápis preto 6B;
- uso de caneta ponta porosa (tipo futura ou pincel atômico) para ampliação e contorno;

- papel com pauta dupla ou reforçada;
- aumento do contraste, usando-se cores bem contrastantes (preto/branco);
- uso de carteiras reclináveis;
- controle da iluminação;
- ampliação de textos e/ou livros manual, xerox com alto contraste ou no computador;
- CCTV (sistema de circuito fechado de televisão) ou lupa eletrônica;
- gravador;
- microcomputador com jogos pedagógicos;
- kit Dosvox;
- virtual vision.

#### **6.1.4 Dicas básicas para a convivência com pessoas cegas ou com deficiência visual no dia a dia**

- Se a pessoa cega não estiver prestando atenção em você, toque em seu braço para indicar que você está falando com ela. Avise quando for embora, para que ela não fique falando sozinha;
- Se sua ajuda for aceita, nunca puxe a pessoa cega pelo braço. Ofereça seu cotovelo ou o ombro (caso você seja muito mais baixo do que ela). Geralmente, apenas com um leve toque a pessoa cega poderá seguir você com segurança e conforto;
- Num local estreito, como uma porta ou corredor por onde só passe uma pessoa por vez, coloque o seu braço para trás ou ofereça o ombro, para que a pessoa cega continue a seguir você;
- Algumas pessoas, sem perceber, aumentam o tom de voz para falar com pessoas cegas. Use tom normal de voz;
- Não modifique a posição dos móveis sem avisar a pessoa cega e cuide para objetos não fiquem no seu caminho. Avise se houver objetos cortantes ou cinzeiros perto dela;
- Conserve as portas fechadas ou encostadas à parede;
- Para indicar uma cadeira, coloque a mão da pessoa cega sobre o encosto e informe se a cadeira tem braço ou não. Deixe que a pessoa se sente sozinha;
- Seja preciso ao indicar direções. Informe as distâncias em metros ou passos.

## **6.2 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS SURDOS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

- posicionar o aluno na sala de aula de forma que possa ver os movimentos do rosto (orofaciais) do professor e de seus colegas;
- utilizar a escrita e outros materiais visuais para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente;
- utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: treinador de fala, tablado, softwares educativos, solicitar que o aluno use a prótese auditiva, etc.;
- utilizar textos escritos complementados com elementos que favoreçam sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais;
- apresentar referências importantes e relevantes sobre um texto (o contexto histórico, o enredo, os personagens, a localização geográfica, a biografia do autor, etc.) em língua de sinais, oralmente, ou utilizando outros recursos, antes de sua leitura;
- promover a interpretação de textos por meio de material plástico (desenho, pintura, murais, etc.) ou de material cênico (dramatização e mímica);
- utilizar um sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades e necessidades do aluno: língua de sinais, leitura orofacial, linguagem gestual, etc.
- Há alunos que conseguem ler os movimentos dos lábios. Assim, o professor e os colegas devem falar o mais claramente possível, evitando voltar-se de costas enquanto fala. É extremamente difícil para estes alunos anotarem nas aulas, durante a exposição oral da matéria, principalmente aqueles que fazem leitura labial enquanto o professor fala;
- É sempre útil fornecer uma cópia dos textos com antecedência, assim como uma lista da terminologia técnica utilizada na disciplina, para o aluno tomar conhecimento das palavras e do conteúdo da aula a ser lecionada;
- Este estudante pode necessitar de tempo extra para responder aos testes;
- Fale com naturalidade e clareza, não exagerando no tom de voz;
- Evite estar em frente à janela ou outras fontes de luz, pois o reflexo pode obstruir a visão;
- Quando falar, não ponha a mão na frente da boca;

- Quando utilizar o quadro ou outros materiais de apoio audiovisual, primeiro exponha os materiais e só depois explique ou vice-versa (ex.: escreva o exercício no quadro ou no caderno e explique depois e não simultaneamente);
- Repita as questões ou comentários durante as discussões ou conversas e indique (por gestos) quem está falando para uma melhor compreensão por parte do aluno;
- Escreva no quadro ou no caderno do aluno datas e informações importantes, para assegurar que foram entendidas;
- Durante as avaliações, o aluno deverá ocupar um lugar na fila da frente. Um pequeno toque no ombro dele poderá ser um bom sistema para chamar-lhe a atenção, antes de fazer um esclarecimento.

### **6.2.1 Dicas básicas para a convivência com pessoas surdas ou com deficiência auditiva no dia a dia**

- Quando quiser falar com uma pessoa surda, se ela não estiver prestando atenção em você, acene para ela ou toque levemente em seu braço;
- Se ela fizer leitura labial, fale de frente para ela e não cubra sua boca com gestos e objetos. Usar bigode também atrapalha;
- Quando estiver conversando com uma pessoa surda, pronuncie bem as palavras, mas não exagere. Use a sua velocidade normal, a não ser que lhe peçam para falar mais devagar;
- Não adianta gritar;
- Se souber algumas palavras na língua brasileira de sinais, tente usá-las. De modo geral, suas tentativas serão apreciadas e estimuladas;
- Seja expressivo. As expressões faciais, os gestos e o movimento do seu corpo serão boas indicações do que você quer dizer, em substituição ao tom de voz;
- Mantenha sempre contato visual; se você desviar o olhar, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou;
- A pessoa surda que é oralizada (ou seja, que aprendeu a falar) pode não ter um vocabulário extenso. Fale normalmente e, se perceber que ela não entendeu, use um sinônimo (carro em vez de automóvel, por exemplo);
- Nem sempre a pessoa surda que fala tem boa dicção. Se não compreender o que ela está dizendo, peça que repita. Isso demonstra que você realmente está

interessado e, por isso, as pessoas surdas não se incomodam de repetir quantas vezes for necessário para que sejam entendidas;

- Se for necessário, comunique-se através de bilhetes. O importante é se comunicar, seja qual for o método.

### **6.3 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL**

Na identificação de crianças com deficiência mental/intelectual deve-se dar atenção a duas áreas:

- **Funcionamento intelectual** – está relacionado com as áreas acadêmicas, a capacidade de um indivíduo resolver problemas e acumular conhecimentos e que pode ser medido pelos testes de inteligência
- **Comportamento adaptativo** – refere-se às capacidades necessárias para um indivíduo se adaptar e interagir no seu ambiente de acordo com o seu grupo etário e cultural.

#### **Áreas do comportamento adaptativo:**

- Comunicação;
  - Cuidados pessoais;
  - Habilidades sociais;
  - Desempenho na família e comunidade;
  - Independência na locomoção;
  - Saúde e segurança;
  - Desempenho escolar;
  - Lazer e trabalho.
- 
- **Características do desenvolvimento intelectual:**

Quanto à estrutura orgânica as pessoas com deficiência mental/intelectual:

- Seguem as etapas do desenvolvimento intelectual na mesma ordem que os outros indivíduos;
- Tem um ritmo mais lento de desenvolvimento das suas estruturas intelectuais;
- Não conseguem finalizar o desenvolvimento das suas estruturas intelectuais;
- Os mecanismos de equilíbrio são os mesmos;
- 

Quanto à estrutura subjetiva (funcional), as pessoas com deficiência mental/intelectual:

- Demonstram uma grande inércia no plano mental (muitas vezes, tem tendência para repetir a mesma estratégia de resolução de problemas, embora ela seja ineficaz);
- Manifestam, muitas vezes, oscilações (caráter instável) no uso dos seus esquemas;
- Em várias circunstâncias não testemunham o uso elaborado das suas ferramentas intelectuais (não atribuem qualquer significado ao seu procedimento).

As barreiras da deficiência mental/intelectual diferem das barreiras encontradas nas demais deficiências. Trata-se de barreiras referentes à maneira de lidar com o saber em geral, fato que reflete preponderantemente na construção do conhecimento escolar.

- É necessário que se estimule o aluno com deficiência mental/intelectual a avançar na sua compreensão, criando-lhe conflitos cognitivos, ou melhor desafiando-o a enfrentá-los.
- O professor deve privilegiar o desenvolvimento e a superação dos limites intelectuais desses alunos, exatamente como acontece com as demais deficiências, como por exemplo: para o cego, a possibilidade de ler pelo braile, para o surdo a comunicação em Libras, etc.

Além disso, para a promoção do acesso do aluno ao conteúdo curricular, há outras mais específicas sugeridas a seguir:

- Posicionar o aluno de forma que possa obter a atenção do professor;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades de comunicação interpessoal;
- Encorajar a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações com o ambiente físico e de relações sociais estáveis;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades de autocuidado;

- Estimular a atenção do aluno para as atividades escolares;
- Estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir as informações de que necessita, a solicitar ajuda, enfim, a se comunicar com as demais pessoas de forma que estas sejam informadas de sua necessidade e do que esteja necessitando;
- Oferecer um ambiente emocionalmente acolhedor para todos os alunos.

#### **6.4 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

A grande maioria dos alunos com deficiência física apresenta como necessidade especial para o acesso ao currículo ajustes no ambiente físico, tais como:

- Posicionar o aluno de forma a facilitar-lhe o deslocamento na sala de aula, especialmente no caso dos que utilizam cadeiras de rodas, bengalas, andadores, etc.;
- Utilizar recursos ou equipamentos que favoreçam a realização das atividades propostas em sala de aula: pranchas para escrita, presilhas para fixar o papel na carteira, suporte para lápis (favorecendo a preensão), presilha de braço, cobertura de teclado, etc.
- Utilizar os recursos ou equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar: sistemas de símbolos (livro de signos, desenhos, elementos pictográficos, ideográficos e/ou outros, arbitrários, criados pelo próprio professor juntamente com o aluno, ou criado no ambiente familiar, etc.), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação, sinalizadores mecânicos, tecnologia de informática);
- Utilizar textos escritos complementados por material em outras linguagens e sistemas de comunicação (desenhos, fala, etc.).

Alguns poderão apresentar também uma deficiência mental, o que deverá ser identificado para que as respostas educacionais atendam a todas as suas necessidades.

#### **6.4.1 Dicas básicas para a convivência com pessoas com deficiência física no dia a dia**

- Quando estiver empurrando uma pessoa sentada numa cadeira de rodas e parar para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente, para que a pessoa também participe da conversa;
- Empurre a cadeira com cuidado para evitar acidentes e preste atenção às pessoas que caminham à frente;
- Para uma pessoa sentada em cadeira de rodas, é incômodo ficar olhando para cima por muito tempo. Portanto, se a conversa for demorar mais, sente-se ou abaixe-se para que você e ela fiquem com os olhos no mesmo nível;
- Respeite o espaço corporal. A cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas) é quase uma extensão do corpo. Agarrar ou apoiar-se nesses equipamentos não é como se encostar a uma cadeira comum;
- Nunca movimente a cadeira de rodas sem antes pedir permissão para a pessoa que a utiliza;
- É mais seguro subir rampas ou degraus de frente. Para descer, é mais seguro de costas;
- Para subir um degrau, incline a cadeira para trás, levante as rodinhas da frente
- para apoiá-las sobre o degrau;
- Para descer um degrau, é mais seguro fazê-lo de marcha a ré, sempre apoiando a cadeira, para que a descida seja sem solavancos;
- Para subir ou descer mais de um degrau em seqüência, é mais seguro pedir a ajuda de outra pessoa;
- Se você estiver acompanhando uma pessoa com deficiência que anda devagar, procure acompanhar o passo dela;
- Sempre mantenha as muletas ou bengalas próximas à pessoa com deficiência;
- Esteja atento para a existência de barreiras arquitetônicas quando for visitar algum local com uma pessoa com deficiência motora;
- Pessoas com paralisia cerebral podem ter dificuldades para andar, fazer movimentos involuntários com pernas e braços, apresentar expressões estranhas no rosto e ter dificuldade para falar. Não se intimide com isso. São pessoas como você. Geralmente, têm inteligência normal ou, às vezes, até acima da média;
- Se você não compreender o que a pessoa está dizendo, peça para que repita.



- Isso demonstra interesse e respeito e as pessoas com dificuldades de comunicação não se incomodam de repetir.

## **6.5 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES (SUPERDOTAÇÃO)**

- Estimular a independência do aluno;
- Estimular o aluno a ler, a pesquisar, a buscar novas informações em materiais extraclasse, de forma que ele aprenda a estudar pesquisando, e assim, possa extrapolar os conteúdos regulares, seguindo seu próprio ritmo;
- Estimular a utilização de processos cognitivos complexos, como o pensamento criativo, a análise crítica, etc;
- Estimular discussões amplas sobre fatos, questões, idéias, buscando o aprofundamento do nível de complexidade de análise, comunicação, tomada de decisão, organização do pensamento e raciocínio lógico, planejamento, entre outros;
- O fato de ter altas habilidades, pode dificultar a convivência entre pares, por isso é de grande importância que a interação e as habilidades de comunicação interpessoal constituam objetivos de ensino, de igual importância aos demais conteúdos curriculares.
- Estimular o envolvimento em atividades cooperativas;
- Estimular o desenvolvimento do respeito pelos demais seres humanos, independentemente de suas características, talentos e competências. O aluno com altas habilidades pode se tornar alguém impaciente com pessoas que possuem um ritmo diferente do seu, desta forma, é importante tratar do desenvolvimento e da prática do respeito humano enquanto conteúdo curricular.

## **6.6 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO**

No Ensino Regular, o currículo a ser desenvolvido com alunos com transtornos globais do desenvolvimento deve ser o mesmo estabelecido para os demais alunos. É necessário que se tenha cuidado e preocupação em se associar ao trabalho acadêmico as questões nas áreas sócio-emocional, que muitas vezes esses alunos requerem. Assim, além das

capacidades cognitivas e lingüísticas há que se propor ações pedagógicas que estabeleçam o desenvolvimento das capacidades relacionadas à interação e integração social, bem como ao equilíbrio emocional.

De modo geral, a atuação do professor deve visar a potencialização do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e psicomotor, nas relações sociais, nas adaptações organizativas e no desenvolvimento emocional. Dentre várias citamos:

- É importante que o professor estabeleça claramente, com os alunos, os limites necessários para a convivência no coletivo;
- É fundamental que seja identificada a forma mais adequada de comunicação, para cada aluno, de forma a permitir que ele trabalhe com compreensão, com prazer e com a maior autonomia possível;
- É importante que o ensino seja individualizado, quando necessário, norteado por um Plano de Ensino que reconheça as necessidades educacionais especiais do aluno e a elas responda pedagogicamente;
- É importante que o aluno possa, sempre que possível, relacionar o que está aprendendo na escola, com as situações de sua própria vida;
- É importante, também, que as atividades acadêmicas ocorram em um ambiente que por si só seja tenha significado e estabilidade para o aluno;
- A previsibilidade de ações e de acontecimentos pode diminuir em muito a ansiedade do aluno que apresenta comportamentos não adaptativos. Assim, é importante que o professor estruture o uso do tempo, do espaço, dos materiais e a realização das atividades, de forma a diminuir ao máximo a ansiedade que um ambiente complexo pode representar para esse aluno;
- Estimular o aluno, a saber, ouvir;
- Levá-lo a refletir sobre seus atos e suas conseqüências;
- Criar condições para que o aluno possa expressar verbalmente e de outras maneiras, seus sentimentos;
- Oferecer alternativas diversificadas para diferentes problemas;
- Desenvolver a consciência corporal, buscando o conhecimento de si mesmo e do que o rodeia;
- Proporcionar atividades em que as possibilidades de sucesso sejam mais freqüentes que o fracasso;

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos este trabalho foi possível refletir sobre as propostas educacionais que garantem “educação para todos”, nesse processo chamado inclusão, e se elas realmente estão acontecendo nas escolas, de forma satisfatória.

Sabemos que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, é também, uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento. No entanto, percebemos que as dificuldades existem, não são poucas e ficam bem claras quando se pára para observar de forma mais crítica. Afinal, colocar o aluno em sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão.

Entre tantas dificuldades podemos constatar a falta de preparo dos professores, bem como a falta de infra-estrutura das escolas. Os professores, na sua maioria, não foram preparados para lidar com a diversidade, com as especificidades de cada aluno, assim como também as escolas não passaram por um processo de reestruturação.

As políticas públicas, podem com certeza criar espaços, promover projetos, assegurar direitos e deveres. Porém isso por si só, não é suficiente para se garantir uma inclusão verdadeira. Apenas as leis não dão conta do processo de inclusão, além delas, é preciso que haja condições e recursos humanos, pedagógicos e físicos para que o que é proposto nas leis seja aplicado na realidade, com resultados realmente significativos. E, para que tudo isso possa realmente se efetivar, urge fundamentalmente uma mudança de mentalidade.

É como se tivesse sido dado o primeiro passo de uma longa caminhada, de um percurso de lutas para que se garantam a todos as mesmas oportunidades para conviver, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, para ter acesso a todos os bens produzidos socialmente.

## 8. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva. **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**: Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares de Grande Porte, Brasília: MEC/SEESP, 2005, vol. 5.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2 ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial. 2006. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const\\_escolasinclusivas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf). Acesso em 13 de novembro de 2008.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns**: Possibilidades e Limitações. RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva**: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. Guatemala, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto, Portugal: Porto, 1999.

CURTY, Marlene Gonçalves. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Maringá: Dental Press, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em 20 de outubro de 2008.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia, 1990. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao\\_Jomtien.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf). Acesso em 27 de outubro de 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em 30 de outubro de 2008.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

**JORNADA PEDAGÓGICA**. Departamento de Educação Básica. Equipe de ensino. Deficiência intelectual e distúrbio de aprendizagem. NRE, Paranavaí, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MATISKEI, Angelina C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. In: **EDUCAR EM REVISTA**. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, 2004. p. 185-202.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. Deliberação n.º 02/2003. Disponível em <http://www.cascavel.pr.gov.br/appis/legislacao/le02deliberacao.htm>. Acesso em 02/11/08

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>, acesso em 04 de julho de 2008.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Revista Sentidos. Junho/2005. Disponível em <http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=8322&codtipo=8&subcat=31&canal=visao>. Acesso em 13 de novembro de 2008.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão - Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SEED. Secretaria de Educação. **De qual política de inclusão educacional estamos falando? Inclusão escolar e o atendimento a diversidade**. Departamento de Educação Especial, Paraná, 2007.